

5º Grito dos Excluídos dá continuidade às mobilizações

No próximo dia 7 de setembro ecoará por todo o país um brado retumbante. Será o Grito dos Excluídos. E não são poucos, são milhares, são milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

O 5º Grito dos Excluídos terá como lema este ano "um filho teu não foge à luta" e objetiva apontar para a necessidade e urgência de se construir um novo projeto para o país, um Brasil com trabalho para todos e que sejam resgatados os verdadeiros valores como dignidade, ética, justiça e solidariedade.

Neste ano o Grito dos Excluídos pretende unificar as lutas, somando-se ao calendário conjunto de mobilizações para o segundo semestre.

A realização do ato é construída coletivamente e as parcerias ocorrem de forma ampla e plural, com movimentos sociais e entidades, e acontece em um momento de descontentamento da população devido à situação de desemprego, miséria, corrupção e impunidade. As dívidas sociais, neste

governo têm crescido na mesma proporção da dívida externa.

Atualmente, de acordo com dados oficiais do IBGE, existem no país 6,65 milhões de desempregados. O Brasil tem 5% de todos os desempregados do mundo, ficando atrás da Índia, Indonésia e Rússia. Pelos dados do DIEESE, o número de desempregados ultrapassa os nove milhões.

Outra contradição. Existe no país 4,5 milhões de famílias sem terra e o que se vê é a dura realidade em que 1% dos proprietários são "donos" de 46% de todas as terras no Brasil.

Esses são apenas alguns dados dentre tantos outros descalabros registrados, como a carência dos serviços de saúde e educação.

Portanto, no dia 7 de setembro será dado um grito contra todos os desmandos do governo FHC. Será dado um grito por um país em que o respeito à vida determine o fim do trabalho escravo, um país soberano - livre das determinações do FMI, um país no qual as necessidades básicas da maioria da



população sejam atendidas.

Em São Paulo, as manifestações em diversos municípios convergirão para a cidade de Aparecida. O 5º Grito dos Excluídos colocará em pauta novamente as reivindicações que levamos a Brasília em 26 de agosto.

São responsáveis pelas atividades em todo o país: Pastoral Social da CNBB,

Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Acuado, FHC promete inverter prioridades



Manifestantes durante o dia 26/8, na Marcha dos 100 mil

Foram exatos cinco dias. Em menos de uma semana da realização da Marcha dos 100 Mil a Brasília, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, lançou, no último dia 31 de agosto, o Plano Plurianual (PPA), que supostamente prevê investimentos de R\$ 1,1 trilhão ao longo dos próximos quatro anos. Segundo declarações de FHC, o governo trabalha com o cenário para o ano 2000 de crescimento do PIB de até 5%, inflação de 5% e juros de 13,4% ao ano, além da criação de 8,5 milhões de empregos.

Coincidência? Pode ser que sim, conforme alguns preferem acreditar ou discursar. Também pode ser que não. Mas porque tantos insistem em não acreditar na primeira hipótese? E, pior, insistem em dizer que o governo FHC teve início nesta semana, após o anúncio do PPA.

Hipocrisia, pois, de acordo com estudo realizado pela assessoria técnica da bancada do PT na Câmara dos Deputados (ver página 2), o governo federal nem mesmo realizou o que foi estabelecido nos últimos PPAs. Conforme a avaliação "a equipe econômica não teve capacidade real de previsão da evolução dos negócios nem capacidade de endireitar os rumos da economia ao longo dos últimos quatro anos". A consequência foi "a recessão, o desemprego e o aumento da desigualdade social".

Para se ter uma idéia, o Plano Plurianual de 96 previa que o PIB (Produto Interno Bruto) cresceria naquele ano 4%, e não ultrapassou os 2,8%. Para o ano seguinte, a previsão era de 4,5%, e foi de 3,2%. Para 98 o plano dizia que o crescimento seria de 5%, e não passou de 0,2%. E, agora, parece piada, mas para os próximos três anos o PPA prevê crescimento do PIB de até 5%.

A distância entre o discurso e a real vontade política tem sido muito diferente. Por que devemos acreditar que agora não será assim?

Para o presidente nacional do PT, deputado José Dirceu, não há como apresentar um plano nacional de desenvolvimento e manter essa política fiscal e monetária aplicada por FHC. O líder petista considera o PPA "uma operação de marketing, propaganda política". E mais, que "é quase uma ofensa ao Brasil dizer que vai gerar 8,5 milhões de empregos depois de ter prometido, em 94 e 98, criar milhões de postos de trabalho e ter dobrado o desemprego".

De acordo com Dirceu, "a realidade é que está sendo formada uma outra maioria no país que quer mudar a economia. Por isso que aparecem vozes deixando claro que esse modelo já se esgotou". O governo perdeu a oportunidade de mudar de rumo, de mudar a política econômica. O que foi apresentado não se sustenta. "Entre o PPA e o modelo econômico e os acordos com o FMI e juros altos existe uma contradição insanável. Não existirá nenhum projeto enquanto não mudar o modelo econômico", conclui o dirigente petista.

Para o líder do PT na Câmara, José Genoíno, o governo está tentando transformar o PPA em um fato político. Segundo ele, o plano apresentado nesta semana é matéria requestrada. "Tudo já estava nos outros planos", disse Genoíno.

Na avaliação do deputado, o que o governo quer mesmo é prorrogar a alíquota do imposto de renda de 27,5% por mais tempo, prorrogar o Fundo de Estabilização Fiscal e o aumento da cobrança da Cofins. Com isso, "a reforma tributária vai para o mofo", disse.

Brasília fica lotada e 1,3 milhão de apoios são entregues

No último dia 26 de agosto, éramos mais de 100 mil manifestantes na capital federal. Durante várias semanas dispensamos energias pelo país inteiro para organizar a Marcha a Brasília e recolher 1,3 milhões de assinaturas em apoio à instalação da CPI da Telebrás e enquadramento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em crime de responsabilidade.

Ocupamos a Esplanada dos Ministérios. Protestamos. Gritamos. Cada um a seu jeito. Afinal o Brasil é isto. É plural. É culturalmente rico. Havia trabalhadoras, trabalhadores, desempregados, crianças, gays, lésbicas, povos indígenas, jovens, negros. Estávamos todos lá.

É estranho, mas parece que essa pluralidade incomoda. A imprensa fez questão de noticiar, em tom de reprovação, de crítica, os



PT e Frente de Oposição entregam 1 milhão de apoios pela CPI

distintos grupos, as diversas categorias, a alegria e a festa que esbanjávamos no centro do país. O que não percebem é que nós somos tudo isso e com muito orgulho. Essa é a nossa cara!

Eganam-se aqueles que imaginam que a nossa simpatia "estampada no rosto" (como diz o refrão de uma música) é inconseqüente. Foram horas de viagem. E quem viajaria durante tanto tempo se não

tivesse a convicção de que os rumos do país precisam mudar?

A Marcha dos 100 mil pelo Brasil foi uma grande vitória das oposições e das entidades do Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania, demonstrando a insatisfação popular ao governo FHC. A mobilização social de oposição política ao governo expressou a indignação contra a política econômica, mas

principalmente a exigência de um novo governo.

Temos propostas para o país. A nossa responsabilidade é grande. Como já anunciávamos, 26 de agosto foi o início de um processo em defesa do Brasil.

É evidente. Tão evidente que a Marcha mudou a situação política do país que, dias depois, FHC lança um plano que, supostamente, criará mais empregos, vai tirar as crianças da rua, dentre outras coisas. FHC apresenta um projeto, negando estar pressionado pelos baixos índices de popularidade. Ironia, não?

Vamos continuar mobilizados. Vamos intensificar o apoio às mobilizações já programadas pelo país.

Agora, temos outro encontro marcado para a próxima terça-feira, 7 de setembro - 5º Grito dos Excluídos, em mais de duas mil cidades do país.

No último dia 27 de agosto, o arcebispo emérito de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara morreu. Fundador da CNBB, durante a ditadura militar, denunciou as violações de direitos humanos. A poesia de Dom Hélder no PT Notícias é a nossa homenagem.

Arrancaram-me

o ramo de oliveira, / razão de meu vdo... / Quiseram impingir-me / outro ramo / de pseudo-paz. / Já descobri, / em meio ao dilúvio / de ódio e de guerra / em maré crescente, / minorias que cultivam / oliveiras de verdade, / símbolos fiéis / da paz verdadeira...

EM AIS

Vicentinho e Milton Temer avaliam a Marcha

página 3

Marcha a Brasília e a entrega do abaixo-assinado

páginas 4 e 5

José Dirceu fala sobre a dívida da agricultura

página 6



RECADADO

Marcha dos 100 mil, uma vitória de todos



Nacional, em Ouro Preto (MG); e 1º de Maio, em São Paulo.

A Marcha dos 100 Mil pelo Brasil expressou a vontade de transformar a oposição política e a insatisfação social em oposição popular, e, ao contrário da opinião equivocada de alguns, estávamos certos, pois tivemos capacidade de recolher 1,3 milhão de assinaturas e de levar mais de 100 mil manifestantes a Brasília, isto apesar do boicote dos meios de comunicação, que só deram destaque à Marcha para repercutir as calúnias governistas sobre um possível caráter golpista de nosso movimento.

Foi uma vitória política não apenas porque demos cara e assumimos a hegemonia da oposição ao governo FHC, mas o fizemos de uma forma radical, indo a Brasília e ocupando a Esplanada dos Ministérios, com a maior manifestação política já realizada na capital do país, cujo lema central era a oposição ao governo, "Basta de FHC e Fora o FMI", o pedido de CPI e o apoio ao processo

de crime de responsabilidade contra o Presidente.

A vitória foi maior porque fomos capazes de desmontar as provocações irresponsáveis do governo e realizar uma manifestação festiva, alegre e pacífica, sem perder o rumo e a radicalidade política.

A Marcha dos 100 mil expressa nosso potencial de luta e a insatisfação da sociedade e terá continuidade no próximo 7 de setembro, Dia dos Excluídos; dia 14 de setembro na greve dos metalúrgicos; dias 21, 22 e 23 de setembro, durante as manifestações em defesa da saúde; em 6 de outubro, na marcha em defesa da educação; e, por fim, na chegada da marcha dos sem-terra a Brasília no final de outubro.

O grande desafio da Frente de Oposição Democrática e Popular e do Fórum Nacional de Luta é construir uma paralisação nacional e um Dia Nacional de Lutas ainda neste ano e manter nossa unidade, ameaçada pela ação do PDT e por

divergências de palavras de ordem que, acreditamos, precisam ser superadas.

Para superar estas divergências precisamos dar continuidade a mobilização popular e construir um amplo movimento político-social que seja uma alternativa ao governo FHC.

Nosso próximo passo será o lançamento do manifesto do Movimento em Defesa do Brasil com nossas alternativas de governo e uma agenda política para as oposições.

A unidade das forças de esquerda e das entidades populares tem sido nossa maior arma, mas o PT não deixará de dar continuidade à jornada de 26 de agosto e temos certeza contará com o apoio das entidades populares, como a CUT, Contag, UNE e tantas outras para garantir nosso principal objetivo, que é derrotar FHC e sua coalizão conservadora.

José Dirceu
presidente nacional do PT e
deputado federal

Foi só o começo, é verdade, mas foi lindo e uma grande vitória da unidade entre os partidos de esquerda e o Fórum Nacional de Luta. A Marcha não caiu do céu e sim foi construída nos últimos três anos, a partir da consolidação da Frente de Oposição Democrática e Popular e desde o Encontro de Entidades contra o Neoliberalismo em Brasília, passando pelo Encontro Democrático e Popular de Entidades de Base, em São Paulo, e pelas sucessivas manifestações que fizemos com os sem-terra em abril de 97, com a CUT em 98 e as três deste ano: 26 de março, Dia Nacional de Luta; 21 de abril, Ato pela Soberania

ENQUADRO

Governo não cumpre metas dos planos plurianuais

Como poder acreditar no governo e seu novo PPA diante da performance traumática no primeiro ano da administração FHC? As previsões de crescimento, que giraram em torno de 5% a.a., acabaram se reduzindo para algo em torno de 2% a.a. Pois bem, uma queda de 2 pontos percentuais na capacidade de crescimento do país a cada ano, gerou um aumento considerável do desemprego, hoje em torno de 12 milhões de pessoas no país, outro aumento considerável no volume de falências e concordatas e, em consequência, uma incapacidade total de recuperar o volume de exportações - necessárias para a cobertura do déficit comercial.

A dívida interna do setor público (governo federal, estadual e municipal), que foi previsto cair de 15,3% do PIB em 96 para 12,0% em 98, atingiu 29,4% do PIB em 96, 30,2% em 97 e 36,0% em 98. E a maior parte desse aumento considerável deveu-se à rolagem da dívida por conta da emissão de títulos para a cobertura das necessidades de financiamento do setor público (igualmente crescentes conforme quadro acima) - onde se destacam as taxas astronômicas de juros que vieram

remunerando aqueles papéis nos últimos 4 anos.

A mesma trajetória foi observada para a dívida externa líquida do setor público, a qual foi prevista ser reduzida, de 96 a 98, de 7,2% do PIB para 5,2%,

tendo, no entanto, invertido totalmente o sentido e atingido 3,9% em 96 e 6,8% em 98. No mesmo rumo seguiu o déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos (previsão decrescente de

2,5% do PIB em 96 a 2,4% em 98 para uma realização crescente de 3,4% do PIB em 96 a 4,5% em 98). Os demais valores do setor externo igualmente não atingem as previsões efetuadas.

Previsões do Plano Plurianual (PPA) e variáveis macro-econômicas observadas

Variáveis	1996		1997		1998		1999	
	PPA	Observado	PPA	Observado	PPA	Observado	PPA	Observado
Taxa crescimento PIB	4,0	2,7	4,5	3,6	5,0	0,13	5,0	
Valores como porcentagem do PIB								
Dívida interna líquida setor público	15,3	29,4	13,7	30,2	12,0	36,0	12,0	36,0
Dívida externa líquida setor público	7,2	3,9	6,1	4,3	5,2	6,8	4,8	6,8
Déficit conta corrente do Balanço de Pagamentos	2,5	3,4	2,4	4,4	2,4	4,5	2,4	4,5

Fonte: Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados

Nota: * até junho

Variáveis	1996		1997		1998		1999	
	PPA	Observado	PPA	Observado	PPA	Observado	PPA	Observado
Dívida externa total líquida	138,4	108,2	145,5	138,3	155,6	185,8	158,7	158,7
Importações	55,6	58,3	55,8	61,4	52,6	57,6	53,8	55,1
Exportações	84,5	81,2	89,5	83,0	98,3	111,2	104,9	103,6
Saldo em transações correntes	(16,7)	(21,2)	(16,7)	(20,0)	(18,1)	(13,2)	(18,7)	(18,3)
Déficit conta corrente do Balanço de Pagamentos	15,4	9,0	16,1	20,8	16,2	22,6	18,1	11,4

Os dados dos quadros I e II acima, sobre a comparação entre as metas do Plano Plurianual e os resultados alcançados, mostram que o governo federal não conseguiu realizar quase nada do que foi planejado. Isto demonstra que a equipe econômica não teve capacidade real de previsão da evolução dos negócios, não teve capacidade de endireitar os rumos da economia ao longo dos quatro últimos anos e acabou desestruturando os setores e atividades econômicas, sob uma política neoliberal orientada pelo FMI, levando o país à recessão, ao desemprego e ao aumento da desigualdade social.

José Carlos Pereira Pellian
Assessoria do PT na Câmara dos Deputados

BRASIL

Respeito já!

*Luiz Inácio Lula da Silva

"Quiséríamos que ele fosse uma resposta aos sonhos e anseios de 160 milhões de brasileiros".

Mas não é. A apresentação do orçamento de 2000 e do chamado Plano Plurianual pareceu a todos um show montado pelo presidente da República para dar a impressão que estava começando seu governo, no dia em que ele comemorava 56 meses de governo.

Em primeiro lugar, porque ninguém sente confiança em um plano novo por um governo velho. Tivesse a intenção de fazer o que agora apresenta, depois de 1.704 dias no governo, o Presidente Fernando Henrique seria de uma extrema maldade ou uma enorme incompetência de esperar tanto tempo para oferecer ao povo aquilo que prometeu em 1994, voltou a prometer em 1998 e agora torna a repetir.

Mas, não apenas a natural desconfiança de um povo enganado repetidas vezes, a leitura do que indicam os jornais mostra a leviandade do como foi montado o show, que agora dá a impressão de querer reconstruir um Brasil que por quatro anos foi sendo pouco a pouco dilapidado por uma taxa de câmbio supervalorizada, por taxas de juros vergonhosas, por uma total insensibilidade ao sofrimento de trabalhadores desempregados, de aposentados inseguros, de servidores públicos desrespeitados, agricultores consumidos pelo sistema bancário, crianças abandonadas, universidades sucateadas, uma economia estagnada e uma pobreza crescente.

E, agora, apresenta um plano sem dizer por que não o fez antes, sem falar como enfrentar, agora, os grandes impedimentos que tolerou na dívida e nos ajustes do FMI. Não há como acreditar em um plano que tenha a petulância de dizer que luta contra a pobreza, mas reserva R\$ 69 bilhões para a dívida e apenas R\$ 33,3 bilhões para todo o setor social. E quando todos sabem, porque o povo tem memória, que neste 1999, o governo só realizou 8,45% do que prometeu investir no setor social, enquanto gastou mais do que estava previsto para pagar a dívida.

Como pode o povo acreditar em um governo que depois de quase cinco anos gastando bilhões com os bancos, agora promete colocar todas as crianças na escola, se em 1999 gastou zero vírgula nada do que havia previsto para o atendimento e proteção das crianças carentes.

E não foi por falta de aviso nem de colaboração da parte das oposições. Avisamos que o governo seria consumido pelas negociações para aprovar a reeleição. Que a abertura desbravada da economia seria o caminho para gerar emprego nos EUA e o desemprego aqui, que a privatização apressada, atabalhoada, nada deixaria de positivo no país, salvo o sentimento de equívocos e de negócios escusos. No Congresso, centenas de projetos foram engavetados por ordem ou conivência do governo. Milhares de emendas foram atropeladas pelo rolo compressor de um governo arrogante e insensível, apesar de os nossos prefeitos e governadores darem exemplos de políticas públicas vitoriosas e levarem estas idéias ao governo.

Felizmente, temos um povo que não perde nunca a esperança. E tem razão, porque um país com o nosso potencial, com nossa riqueza, com um povo como o nosso, tem toda a razão de ter a esperança como sua bandeira.

Quiséríamos que este plano desse alguma resposta aos sonhos e anseios de 160 milhões de brasileiros, como diz o presidente ao abrir o seu artigo no Jornal do Brasil de ontem. Mas ele próprio põe no condicional. Não é a resposta.

A resposta já apresentamos em nossos planos de governo, nas campanhas de 94 e 98: uma radical inversão nas prioridades deste país, colocando a educação, a saúde, o emprego como os vetores centrais do progresso brasileiro; e não como o setor que recebe o que sobra do pagamento da dívida. Um programa de geração de emprego que passe pelo enfrentamento do problema dos juros, da não-submissão ao sistema financeiro internacional e da reforma agrária.

O povo sabe que a resposta não está em planos de um governo fracassado, mas em ações concretas de governos novos que tragam esperança de um Brasil melhor. Quiséríamos que ele fosse uma resposta aos sonhos e anseios de 160 milhões, mas ele, este plano, é mais uma jogada de marketing que vai acirrar ainda mais os ânimos de nosso povo. Que merece coisa melhor, e sobretudo mais respeito.

*No dia 1º de setembro, o Jornal do Brasil publicou artigo assinado pelo presidente da República sobre o lançamento do Plano Plurianual e as "metas" do governo federal. No dia seguinte, 2 de setembro, o jornal publicou artigo do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, comentando as proposições de FHC.

PTnotícias

Revista de Notícias, Opinião e Análise Política

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Rosana Ramos
MTB 19131

REDAÇÃO
Rosana Ramos,
Fernanda Estima

ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Bembo e
Sonia M. N. Pedrosa

DIAGRAMAÇÃO
Alexandre Machado

ILUSTRAÇÃO
Vicente Mendonça

AGRADECIMENTOS

Equipe da assessoria de imprensa da
Câmara dos Deputados e equipe da
Fundação Perseu Abramo responsável
pelas páginas dos 20 anos do Anista

SEDE

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP

CEP 01019-000

Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349

e-mail: ptnot@pt.org.br

Home page: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos e Impressão: Arpress

DEMOCRACIA



A Marcha vai continuar

A Marcha a Brasília foi apenas o começo. O início de uma grande mobilização nacional contra o desemprego, a agressão à soberania nacional, que é a entrega do país ao FMI contra uma saúde e educação precárias. Um grande grito de alerta: queremos e lutamos por um outro Brasil

A Marcha dos 100 Mil a Brasília foi um sucesso. Organizada pelo Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania, marcará a história do Brasil como um dos maiores eventos de organização e luta dos últimos anos.

Os aliados do Presidente não sabem (ou fingem não saber) que as pessoas ali presentes não "eram" somente elas. Fomos em nome de companheiros de trabalho, parentes, amigos, tantos e tantas, que na impossibilidade de viajar disseram para gritarmos ainda mais alto, como se mais vozes estivessem saindo de nossa garganta.

Éramos de todas as raças, profissões e locais. De todos os Estados brasileiros, e com um só pensamento: mudar para melhor o nosso país. Somente com união, coragem e a certeza de que podemos confiar em nós mesmos iremos transformar o Brasil. Mostramos, em Brasília, que juntos temos uma grande força. Nosso alerta e nosso grito não ficarão esquecidos.

Somente com união, coragem e a certeza de que podemos confiar em nós

A Marcha a Brasília foi apenas o começo. O início de uma grande mobilização nacional contra o desemprego, a agressão à soberania nacional, que é a entrega do país ao FMI contra uma saúde e educação precárias. Um grande grito de alerta: queremos e lutamos por um outro Brasil.

Uma grande festa cívica, de amor à pátria, de luta pela cidadania. Uma gigantesca manifestação, ordeira e pacífica, na qual sobramos alegria, esperança, tranquilidade e disposição de irmos à luta, cada vez mais. Uma belíssima lua nos acompanhou, na ida e na volta, inundando o céu e a terra de uma tonalidade prateada, nos ajudando a indicar o caminho: o caminho da nossa dignidade, o caminho da distribuição da renda, o

caminho da resistência às privatizações entreguistas. O caminho, enfim, de um país liberto das amarras de um sistema econômico injusto, que tem levado à marginalidade milhões de brasileiros.

Não podemos esquecer que foram entregues ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer, 1,3 milhão de assinaturas pedindo a instalação de uma CPI para investigar a privatização da Telebrás. Fomos acusados de ser golpistas. Mostramos que golpismo é algo bastante diferente. Golpismo não é se manifestar, não é exigir um país mais digno, não é pedir decência e honestidade. A tudo isto se dá o nome de participação, de presença, de luta contra aqueles que insistem em governar de costas para o povo. Se estivemos em Brasília, e se voltamos carregados de ânimo, muito mais há a fazer. A empolgação, a vibração e o intenso sentimento cívico que todos sentimos terão continuidade.

E há uma agenda definida. A partir do sucesso da Marcha, é muito importante que

participemos do Grito dos Excluídos, que será realizado na próxima terça-feira, 7 de setembro, em mais de duas mil cidades brasileiras. Em São Paulo, o Grito dos Excluídos será no Museu do Ipiranga, às 10 horas. É muito importante que participemos do Grito, convidando amigos, pessoas que não puderam ir a Brasília, desempregados. A intensidade de tudo o que aconteceu em Brasília vai continuar na terça-feira, 7 de setembro. Faremos do nosso Dia da Independência um dia de luta, também em nome do Brasil que queremos. Verdaderamente independente de toda a opressão, livre de todo o

Uma grande festa cívica, de amor à pátria, de luta pela cidadania.

Uma gigantesca manifestação

Homens e mulheres, juntos, querendo e buscando um país livre, cada vez mais justo

peso do desemprego, da miséria e da fome.

A agenda de lutas marca ainda a greve dos trabalhadores do setor automotivo para o dia 14 de setembro, o Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação para Brasília no dia 6 de outubro, e a chegada da marcha dos sem-terra no dia seguinte, 7 de outubro. No dia 12 de outubro será realizado o dia de luta contra a exclusão social na nossa América Latina. Homens e mulheres, juntos, querendo e buscando um país livre, cada vez mais justo.

Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, é presidente nacional da CUT e do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir)

CIDADANIA



A Marcha dos sem medo

Atrás do trio elétrico só não foi quem já morreu....

Atrás do trio elétrico só não foi quem já morreu....

Homens e mulheres, velhos e crianças, velha guarda e neófitos em manifestações de ruas, estavam todos lá. Tinha sociedade civil organizada. Tinha muito manifestante solitário também. Tinha comunista e cristão. Tinha operário e doutor. Todos irmanados, na Esplanada dos Ministérios, de Brasília, em torno de suas palavras de ordem.

"Fora FHC", "Basta de FHC", "Renúncia de FHC".

O meu continua sendo o "Fora". Não porque ache que obrigatoriamente resulte a curto prazo. Mas na perspectiva de, pelo contraponto e tensão permanente, manter imobilizados, enquanto estiverem ocupando suas cadeiras, FHC e seus cúmplices a serviço da liquidação do patrimônio público, no interesse dos

grandes grupos especulativos. Mas sem problema se o slogan fosse outro, porque a idéia geral que corria mentes e corações era uma só, consensual: com esse modelo FHC, não dá mais para conviver.

Havia, mais. Havia uma raiva surda contra a semana inteira de provocação organizada a partir do Palácio do Planalto, tentando transformar aquela manifestação valente, de cidadania digna, em reunião de torpes golpistas. O governo, com a cumplicidade da grande mídia e alguns colonistas chapa-branca, havia jogado pesado. Dava asco ver como ex-participantes de passeatas pela Anistia e pelas Diretas-Já, agora acastelados nos palácios, se transformavam em novas versões dos velhos agentes provocadores do tempo da ditadura.

Quebraram a cara. E foram obrigados a enfiar o discurso covarde no saco, à medida em que o dia passava, e a manifestação dava uma aula de auto-organização; de disciplina consciente das massas recuperando sua capacidade mobilizatória. Foi um dia de glória

para Brasília que só tinha visto mais gente na praça quando da visita do Papa. Nem na campanha das Diretas, nem no "Fora Collor" havia tanta bandeira. E mais; estavam todos ali fazendo festa, mas com a cabeça e as idéias lá na frente.

Todos se perguntando do desdobraimento; das manifestações seguintes; sugerindo invadir as capitais dos principais Estados com atos semelhantes; garantindo solidariedade às marchas que vão chegar em setembro e outubro a Brasília - as da Saúde, a dos Sem-Terra - e que vão levar os presunçosos da corte ao desespero.

Nesse clima, ficou fácil fazer o balanço final. A partir, aliás, da forma do

Foi um dia de glória para Brasília que só tinha visto mais gente na praça quando da visita do Papa

governo responder ao que via: "Ganhamos todos".

O governo tomou uma tremenda cipoada. Teve que engolir uma inquestionável derrota política

"Ganhamos todos" quem, caras pálidas? Vocês conhecem algum embate com dois vencedores? É claro que não. O governo tomou uma tremenda cipoada. Teve que engolir uma inquestionável derrota política. E para não passar recibo das sandices emitidas durante os dias precedentes, em uníssono, com discursos ensaiados, de provocação e ofensas prévias ao legítimo direito de manifestação nas ruas, optou por baixar o facho para não chamar a atenção.

Que balanço deve fazer a oposição, o PT em particular, de tão significativa jornada? De pronto, a certeza que reencontramos nossa alma política. Junto ao povo e aos movimentos

sociais organizados. Com o discurso de Lula se impondo nos comentários posteriores de analistas justamente pela transparência da radicalidade, sem hesitações ou concessões.

Até para ficar à vontade no debate interno, como esquecer o papel importante de José Dirceu? Tenho alguma divergência? Claro. Não havia necessidade de valorizar tanto o pedido de CPI das teles, como compensação para a diminuição da denúncia de crime de responsabilidade contra FHC, e que seguramente era o mote principal para aquela massa. Mas isso não pode diminuir a importância do seu trabalho de mobilização, fundamental para o êxito do ato.

Nesse cenário, fica a conclusão. A direita está em crise, e o recuo da petulância de ACM é evidente. Baixou o tom de sua candidatura a Presidente e já aceita uma composição em torno de Tasso Jereissati. Com medo de quem? Não é preciso grande esforço para imaginar. Só depende de nós.

Milton Temer é deputado federal pelo PT/RJ

Tinha comunista e cristão. Tinha operário e doutor. Todos irmanados, na Esplanada dos Ministérios, de Brasília, em torno de suas palavras de ordem "Fora FHC", "Basta de FHC", "Renúncia de FHC"

Marcha a Brasília marca o

pleno exercício da cidadania

Nem com a ação da Polícia Militar do Distrito Federal, que montou barreiras nas estradas que ligam Brasília às cidades de Taguatinga, Paranoá e São Sebastião, e da Polícia Rodoviária Federal, que abordou diversas caravanas a caminho da capital federal, foi possível estragar a manifestação da oposição ontem, que lotou a Esplanada dos Ministérios.

A atitude da polícia atrasou a chegada dos ônibus e muitas pessoas desceram dos veículos para irem a pé até o local da concentração.

Líderes do PT estimaram que mais de 100 mil

manifestantes participaram da Marcha a Brasília. Eles se basearam na quantidade de ônibus que chegaram de todas as partes do país e da adesão espontânea de moradores de Brasília e cidades satélites do Distrito Federal, que chegaram de ônibus convencional.

Para o presidente do PDT, Leonel Brizola, "essa concentração popular é o começo de uma grande jornada que irá culminar com um novo governo depositário da confiança de todos e das melhores esperanças do povo".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o presidente Fernando Henrique terá que ouvir bem, "com atenção", o que aconteceu no dia 26 de agosto.

Para Suplicy, diante do sucesso da manifestação, o Presidente deve orientar sua bancada a assinar de pronto a instalação da CPI da Telebrás, para que possa haver uma

apuração isenta.

O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, disse que a Marcha superou todas as expectativas, tanto da organização como do próprio governo.

Vicentinho acredita que a manifestação servirá para mostrar a Fernando Henrique que o Brasil não aguenta mais. E que o governo precisa, urgentemente, criar novos postos de trabalho e investir na saúde, educação e políticas sociais.

No Salão Negro do Congresso líderes da oposição como Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu, Vicentinho, senadores e demais deputados entregaram ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), 1,3 milhão de assinaturas pró-CPI. Também participaram do ato o senador Roberto Requena (PMDB-PR) e o deputado Pais de Andrade.



Lula já sabe os rumos do Brasil

Em seu discurso na Marcha a Brasília, o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, explicou os rumos da oposição: "Nosso rumo é construir uma política industrial, fazer a reforma agrária, criar financiamentos para pequenos e médios agricultores, canalizar recursos públicos para financiar pequenas e médias empresas, acabar com o analfabetismo, impedir que as universidades públicas sejam privatizadas e não deixar que privatizem a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Petrobrás e os Correios".

Para Lula, "ter rumo é prestar solidariedade ao povo colombiano para não permitir a interferência dos Estados Unidos sob o pretexto do combate ao narcotráfico".

Segundo o petista, nos últimos 10 anos, 942 mil famílias foram expulsas do campo. "No dia em que FHC e sua tropa ouvirem o povo, vão saber que nenhum país é soberano quando o Stanley Fisher (do FMI) disser como será a condução da política econômica. FHC é marionete dos banqueiros internacionais", concluiu.

"ACHO com medo do juízo final", diz Lula

Durante o ato, no palanque, Lula criticou a postura do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Depois de fazer 45 anos de política para os ricos, agora inventa um fundo para os pobres. Deve estar batendo forte na consciência dele e agora está com medo do juízo final", disse Lula.

Sobre a confusão no número de participantes do protesto, Lula ironizou: "Os jornais poderiam colocar caixotas na entrada da cidade para contar o povo que chega", afirmou. Segundo ele, "se o presidente tiver bom senso, vai ouvir o povo, pois este ato é apenas o começo. Pelo menos uma vez ao mês deverá haver um ato público em capitais contra o entrega do país".

Evista: Temer vai discutir rumos petis

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, afirmou em seu discurso a manifestantes da Marcha a Brasília que "esse governo vai dar-se como pedra de gelo ao sol do meio-dia". Segundo o petista, "este é o começo de uma grande jornada que só vai parar quando tivermos um governo em que o povo confie e seja depositário de suas esperanças". Para ele, o presidente da República "atropelou a Constituição, tramou, conspirou para obter o segundo mandato". Na sua opinião, as privatizações ubrem o Brasil para grupos internacionais "nos colonizarem". "Se Cristo visse ao Brasil hoje, e visse o que estão fazendo, com certeza expulsaria os vendilhões do templo", arrematou.

Itamar Franco divulga nota no dia da Marcha

O governador de Minas Gerais, Itamar Franco, divulgou nota sobre a Marcha a Brasília. O texto inicia afirmando que "em virtude de compromissos agendados anteriormente, o governador Itamar Franco não participará da marcha dos cem mil, prevista para esta quarta-feira, em Brasília. Sobre a denúncia de golpismo no movimento, ele fez a seguinte declaração:

"O governo é de um cinismo exuberante ao tentar qualificar a Marcha de golpismo. A promiscuidade no trato da coisa pública, a alienação do patrimônio nacional (vide acordo com o FMI), a quebra do pacto federativo e a decomposição com a Carta Magna são exemplos, ai sim, de um governo não democrático".

Presidente da UNE: 26 de agosto já acaba com novo modelo

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Wadson Ribeiro, afirmou há pouco no palanque da Marcha a Brasília que a juventude brasileira "não encontra o primeiro emprego, vaga nas universidades federais e se mata nas escolas por falta de perspectivas". Ele salientou no entanto que os jovens "nunca entregaram os pontos". Para Ribeiro, "entreguista é quem tira dinheiro das escolas públicas e passa para os especuladores".

O presidente da UNE considera que o dia 26 de agosto "só vai acabar quando o país concluir um novo modelo de desenvolvimento econômico".

Estudante acredita em mudanças

O estudante secundarista Marcelo Soares, 17 anos, morador de Brasília, disse que foi ao ato na Esplanada dos Ministérios porque "a juventude tem que lutar por um país mais justo, acabando com a corrupção". Marcelo acha que "só a voz do povo batendo no ouvido de FHC é que vai mudar essa situação".

O estudante chamava a atenção por estar enrolado numa bandeira do Brasil. Ele justificou a atitude como uma homenagem. "Eu amo essa pátria, que é tão bonita e não merece ser tão injustiçada", disse.

A Secretaria Nacional de Relações Internacionais do PT recebeu abaixo-assinado pró-CPI da Telebrás e interceptamento de FHC. Os apoios, que infelizmente não chegaram a tempo de ser enviados junto aos 1,3 milhão entregues a Michel Temer, são a contribuição do PT de Lisboa, em Portugal.

Povos indígenas enviaram seus representantes a Brasília. Participaram da Marcha índios tukui, xokuru, karajá e terena, entre outros. Segundo José de Santa, líder xokuru de Ororubá, 50 anos, os índios vieram para "engrossar as fileiras que estão marchando contra o presidente Fernando Henrique e o FMI".

O grupo Mel, que reúne gays, lésbicas e transexuais de João Pessoa (PB), também enviou representantes à Marcha. Segundo a presidente da entidade, Lisnara Villar, a participação é para protestar contra "a imobilidade do governo de Fernando Henrique Cardoso em relação à violência praticada contra os homossexuais". O grupo Mel, conforme Lisnara Villar, congrega cerca de 200 pessoas.

Olívio Dutra, governador do Rio Grande do Sul, também participou da Marcha. Olívio subiu ao palanque da manifestação, foi muito aplaudido pelas milhares de pessoas concentradas na Esplanada dos Ministérios e pregou mudanças "sérias e urgentes" na atuação do governo Fernando Henrique.

Essa foi a primeira vez que o governador do Mato Grosso do Sul, infelizmente não pode participar do ato em Brasília, em decorrência das comemorações ativas no aniversário da cidade de Campo Grande, capital do estado.

A bancada de vereadores do PT de São Paulo, expressou irrestrito apoio à manifestação mas, em virtude dos escândalos que envolvem o governo malhista de Celso Pitta, não pode comparecer devido à votação do requerimento que renstala a CPI da Máfia Municipal.

A economista Maria da Conceição Tavares, por motivos de saúde, não foi a Brasília. Mesmo assim, registrou que sua "esperança no nosso povo está personificada no PT".

Vitória das oposições expressa indignação popular

A Marcha dos 100 Mil pelo Brasil foi uma grande vitória das oposições e das entidades do Fórum Nacional de Luta, demonstrando a insatisfação popular ao governo FHC e intensificou a mobilização social de oposição política ao governo, que expressa a indignação contra a política econômica, mas principalmente a exigência de um novo governo.

É grande a responsabilidade do PT, a quem cabe construir, para além da mobilização e da oposição do governo, uma coalizão política social para ser alternativa de governo ao bloco conservador encabeçado por FHC. A grande imprensa, a coalizão conservadora e as elites empresariais sabem que só o PT pode construir esta alternativa, daí o ataque sem tréguas à marcha e ao PT, e a acusação de que a oposição não tem propostas.

A oposição tem propostas e precisa construir força política

social e maioria no país para ser governo e colocá-la em prática; e para tanto precisamos consolidar a unidade da esquerda, ampliar a mobilização e reforçar a divulgação de nossas propostas de governo em defesa do Brasil.

Isso passa por resolver divergências existentes na Frente Democrática e Popular em torno das "palavras de ordem"; consolidar o Fórum Nacional de Luta e principalmente dar continuidade às mobilizações já

populares contra o governo. Há uma disputa pela hegemonia da oposição social e popular ao governo. Se é verdade que a Marcha nos colocou como a principal oposição ao governo, também é verdade que a grande mídia e setores das elites manobram com terceiras vias, através de

Ciro Gomes, com uma oposição de dentro do PSDB (Covas e Tasso) e mesmo através ACM, com uma "oposição" de direita populista. Para ganharmos esta disputa, é preciso combinar mobilização com disputa programática com o governo e com as "terceiras" vias. Consolidar a Frente e lançar o Manifesto e o Movimento em Defesa do Brasil, com a denúncia do modelo e do governo com propostas alternativas para disputar e consolidar a direção da oposição ao governo e não permitir uma saída por cima e de conciliação via Fórum Nacional de Luta são legítimas e devem ser objeto de debate no PT e no próprio Fórum.

O PT vai apreciar, na próxima reunião do Diretório Nacional, dias 2 e 3 de outubro, a conjuntura e está disposto a colaborar como tem feito desde o

PT intensificará apoio às mobilizações pelo país

A grande mídia tentou criar cizânia entre as entidades do Fórum Nacional de Luta, dizendo que elas estavam divididas sobre a "palavra de ordem". O PBT defendendo a renúncia; o PT e outros partidos defendendo o "Basta de FHC"; a CUT, CMP, UNE e MST defendendo o "Fora FHC".

O que a grande mídia não teve como esconder foi a ampla unidade contra o governo, bem como contra a sua política econômica (Fora FMI).

As divergências entre as entidades que integram o Fórum Nacional de Luta são legítimas e devem ser objeto de debate no PT e no próprio Fórum.

O PT vai apreciar, na próxima reunião do Diretório Nacional, dias 2 e 3 de outubro, a conjuntura e está disposto a colaborar como tem feito desde o

26 de agosto: 100 mil pelo Brasil

Mídia, média e mentiras

26 de agosto. Cesta fechada, e lá estão alguns desconfortos com o time do governo.

O espelho d'água é belíssimo, sob o sol das Esplanadas.

Os desconfortos estão variando o time do governo. Não se sabe quantos são, fala-se em 30 mil, 40 mil, 60 mil, 100 mil, mas desde os árabs, os números fasciam os homens, a favor e contra.

Para o governo, 40 mil, para os desconfortos 100 mil.

No fundo, o número real, de acordo com as pesquisas de reprovação ao governo, os desconfortos somam mais, quase trinta milhões!!

reprovações por cinco partidos de oposição e 80 entidades. Não são poucos.

Não é todo desconforto que pode ir até Brasília, muitos estão desempregados.

A televisão informa que o presidente não mudou seu hábito, enquanto os desconfortos chegam ele continua trabalhando normalmente, com a presença

de militares, para ser mais exato 7 mil homens armados.

Seu espelho se transforma em porta-voz, repicam o que o presidente pensa: golpismo.

Não há registros na história do Brasil que o povo tenha arquitetado e dado golpe, justiça se faça essa prática é da direita. O presidente não tem razão. Ele esconde a falta de intimidade com a democracia.

Só se suporta aplausos, vai a golpe, pensa e diz o escândalo.

E clara a fragilidade do governo, o time não resiste a cinco minutos de democracia.

Muito menos a mídia, a maioria dos títulos dos jornais, debocham do povo, do seu jeito de falar e de suas necessidades: "Marcha lenta", "Oposição raça", "Protesto já nasce vazio", cada vez mais se tem ojeriza da democracia e dos assuntos populares.

O presidente do Senado, ACM, diz que as assinaturas do abaixo-assinado são falsas.

Minha mãe ouvindo isso, me liga e pergunta se os votos dados a Fernando Henrique são verdadeiros.

Digo que sim, tal qual o abaixo-assinado.

Ela pergunta se a Ford na Bahia vai ser bom para o povo baiano.

Digo que não. — Ela pergunta porque não.

Respondo que quando se dá isenção de impostos para Ford, o estado não arrecada dinheiro, com o qual ele produz "produtos sociais", assim como educação, saúde, transporte, e sem dinheiro você premia a Ford e pune o povo baiano.

Ela comenta: essa é a política do "Robin Hood Miópe", tira dos pobres e distribui aos ricos! E desliga! Vou ao cinema.

Os gregos sempre falaram da Democracia, penso onde ela poderia estar, de que forma e com qual aspecto.

Em Brasília seria pouco provável, a menos que amordaçada nas masmorras do palácio, a jovem princesa sonha com seu libertador, como um conto das 1001 noites, ou talvez sob o espelho d'água.

O filme vai começar, vejo aquela moça da Columbiá, toda de branco de vestes translúcidas, na mão esquerda traz uma tocha de luz, poderia ser do estado de direito e os raios luminosos intermitentes iluminando todos os rincões do país, do Oiapoque ao Senado.

Até um belo ícone para Democracia.

O filme acaba. Continuo a pensar nos milhões que vivem a margem do espelho d'água, na televisão, que deveria ser uma janela para o país e não passa de uma fresta para o conservadorismo.

Chego a conclusão que lampejos da tocha da Democracia são visíveis no Brasil.

Nos estádios de futebol! Quando você gosta, você aplaude.

Quando você não gosta, você vai, sem que a mílfica bata em você e sem que a mídia se zangue.

Mari Durán é editora da agência de notícias M.S.Paulo



Momento atual preocupa entidades



Alerta às autoridades. A Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, em nota oficial, manifestou preocupação com a grave situação social em que vive o país, resultado da ausência de políticas públicas voltadas para o bem-estar da população e da inação do poder central da República. "A moldura social é um agravio à consciência cívica dos homens públicos de nosso país", diz o documento.

O texto ressalta ainda que os estados estão

quebrados; municípios falidos; serviços sociais deteriorados; setores produtivos sucateados em função de políticas econômicas protecionistas aos produtos estrangeiros; empresários agrícolas insolventes; reforma tributária intangível em função da pouca ou quase nenhuma disposição do Poder Executivo Federal em promovê-la; reforma do Judiciário em marcha lenta; situação crítica em regiões do país; população decrescente e cada vez mais

afastada do sistema político - este é o quadro que se apresenta ao exame das autoridades públicas.

Para a OAB/SP "estado de calamidade se apresenta, ainda, na dramática moldura da violência que envergonha todo o território nacional e cujos contornos apontam para um contingente de mais de 49 mil mortos, por ano. As prisões, constituídas para abrigar 80 mil presos, estão superlotadas com 180 mil pessoas, havendo ainda milhares de mandatos de prisão a serem cumpridos".

Por fim, a entidade do advogados de São Paulo defende, dentre outras coisas, a "urgente reorientação da política econômica do Governo, que está castigando a sociedade brasileira com um preço muito alto, escandaloso e injusto".

de Eldorado dos Carajás e espera que a justiça reexamine os fatos e que não fiquem impunes os autores e responsáveis por esse crime.

O desemprego também foi tema ressaltado pela CNBB. De acordo com a Confederação a falta de emprego leva o desespero a um número cada vez maior de famílias. "Prossegue praticamente intocável o drama da fome nas regiões do país mais castigadas pela seca, e torna-se insuportável a violência que se instala nas cidades e nos campos", retrata o texto.

A CNBB defende uma economia subordinada à ética. "É preciso romper a dominação da lógica do mercado, que esquece a centralidade da pessoa humana. Não se pode aceitar um tipo de globalização comandada por interesses financeiros que beneficia uns poucos e exclui as grandes maiorias".

Por último a CNBB condena a todas as "entidades da sociedade civil organizada, os partidos de todos os partidos e os responsáveis pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a unirem seus esforços estarem a altura dos desafios atuais", encerra a nota.

Mais de 9 mil acompanharam pela internet

O acesso ao site da Liderança do PT, que transmitiu em tempo real toda a Marcha a Brasília, ultrapassou todas as expectativas. Até às 19h do dia 26 de agosto mais de nove mil pessoas haviam aberto a página. Mais de 70 notas mostrando todo o decorrer da marcha puderam ser vistas. Foi a segunda experiência da Liderança em transmitir um ato popular em tempo real. Em 97 a manifestação dos sem-terra também pode ser vista no chat do P1Net, site do Partido dos Trabalhadores.

A cobertura em tempo real foi possível graças à colaboração dos jornalistas e colaboradores Alexandre Maimoni, Augusto Góis, César Luís Santos de Oliveira, Chico Pereira, Cynthia Arnas Assunção, Eduardo Leão, Eunice Pinheiro, Flávio Faria, Flávio Pachalski, Iliana Canoff, Itamar Garcez, Ivone Belém, Juarez Martins, Laurez Cerqueira, Marcus Braga, Maria do Carmo Marques da Silva (Carmita), Mário Coelho Lima Filho, Marisa das Mercês, Memélia Moreira, Myrian Luiz Alves, Sandra Crespo, Sílvia Branco, Vânia Rodrigues, Viviane Verran e do deputado Walter Pinheiro (PT-BA).

diário da Comissão Executiva Nacional do PT, durante todo o processo de formulação e discussão da Marcha, fez cobertura e acompanhou os fatos mais importantes da mobilização. Enviado por fax



CNBB - desafios e esperanças do momento atual

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil também se pronunciou sobre a atual conjuntura. A CNBB se diz surpreendida pelo resultado do julgamento dos acusados do massacre

O Linha Aberta, informativo

ECONOMIA

Em defesa da aliança do PT com a agricultura

A partir de meados da década de 1980, a política de crédito rural experimentou alterações significativas com a drástica redução da oferta dos recursos, que caíram de uma média histórica de US\$ 20 bilhões, para valor inferior a US\$ 4 bilhões, conforme verificado na safra 1998/99, e com a eliminação dos subsídios sobre os financiamentos.

Em decorrência desses fatores, passou a ocorrer o progressivo distanciamento dos custos do crédito em relação à receita gerada pela atividade agrícola. Este fato foi acentuado com a reforma tarifária de 1988, que deu início ao processo de liberalização do setor, que passou a expor o produto nacional à concorrência predatória dos importados, fortemente subsidiados em seus países de origem.

Na resultante, a trajetória de custos reais aos financiamentos agrícolas, combinada com o comprometimento da rentabilidade do setor e com crescentes custos de produção, passou a gerar restrições insuperáveis à capacidade de pagamento dos agricultores brasileiros, em especial, daqueles voltados para o mercado interno. Inaugura-se, assim, o fenômeno de **endividamento do setor** que, nos dias atuais, coloca-se como um dos indicadores mais marcantes do profundo quadro da crise setorial.

A partir do lançamento do *Plano Real*, em julho/94, até os dias atuais, as dívidas agrícolas foram corrigidas em até 3.800%, enquanto a inflação do período foi de 78% e o crescimento do valor bruto da produção agropecuária não passou de 67%.

Entre julho/94 e maio/99, os preços recebidos pelos produtores variaram 46%, enquanto, no mesmo período, os preços dos insumos subiram, em média, 82%. A fatura imposta à agricultura pelo papel assumido na sustentação do programa de estabilização da moeda, implicou na perda de renda setorial estimada em R\$ 10 bilhões apenas no 1º ano do governo FHC, sendo que, até dezembro/98, mais de R\$ 24 bilhões foram transferidos da agricultura para outros setores da economia.

Nesse contexto, o grau de endividamento do setor só poderia elevar-se a patamares 'estratosféricos', alcançando, atualmente, valor também superior a R\$ 24 bilhões, o equivalente a 40% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Na mesma direção, observa-se que o crescimento da inadimplência do setor durante o *Real* cresceu 209%.

Vale destacar que, não bastasse os fatores de alimentação do endividamento derivados da política econômica, segundo a FGV, em média, cerca de 30% dos saldos devedores resultam de práticas ilegais e extorsivas dos bancos.

Diante dessa tendência de



aniquilamento da capacidade produtiva de um setor absolutamente estratégico para o país, somente por leviandade política o PT ficaria alheio a esse grave problema que, especificamente, afeta 1,2 milhão de agricultores brasileiros, entre os quais, mais de 500 mil produtores de base familiar.

Dessa forma, já em 1995, a bancada do PT na Câmara dos Deputados encaminhou dois projetos de lei: um propondo fórmula para o equacionamento das dívidas, e outro, reorientando a política agrícola de forma a

resgatar as condições mínimas de sustentabilidade econômica do setor, com a democratização dos instrumentos de política agrícola.

Obviamente, o governo e a bancada ruralista ignoraram as proposições do PT, preferindo "empurrar com a barriga" o problema, fazendo aprovar um programa de alongamento das dívidas que, desde o início, denunciávamos a sua virtual ineficácia.

O tempo encarregou-se de demonstrar a pertinência dos alertas do PT. Como vimos, transcorridos quatro anos

dessa política, o problema do endividamento assumiu dimensões que ameaçam seriamente a economia agrícola do país, com os riscos políticos subjacentes.

Assim, à revelia da vontade do governo, o tema voltou ao debate, amplificado, com os agricultores brasileiros exigindo solução efetiva para o problema. Em consequência, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados voltou a discutir a matéria. Após cinco meses, com os membros do PT naquela Comissão opondo-se radicalmente ao projeto

pretendido pela bancada ruralista, e com o governo negando-se a participar, as negociações evoluíram para um Projeto Substitutivo de consenso que acolheu todas as emendas apresentadas pelo PT. A propósito, essas emendas foram definidas de comum acordo com o MST, com a Contag, com o MPA e com a Secretaria Agrária do Partido.

Nessas condições, as bancadas do PT e dos demais Partidos do campo progressista não hesitaram em encampar a iniciativa, mesmo conscientes dos riscos de manipulação pela mídia, face a inédita aliança política em torno do projeto.

A Rede Globo chegou ao cúmulo de comparar os juros agrícolas com as taxas pagas por um vendedor de carros para mostrar, por ignorância ou servilismo político, as vantagens dos agricultores. Outros exigiram isonomia pregando a anistia das dívidas com o cartão de crédito.

Estupidez e manipulações à parte, cumpre enfatizar que as proposições do PT, incluídas no texto do projeto, além de terem contribuído para o aprimoramento do mérito da iniciativa, pautaram-se pela garantia da ética e da austeridade para com os recursos da sociedade brasileira. Assim, vale destacar: ao contrário do divulgado, o projeto prevê

desconto de 40% sobre os saldos das dívidas, **mas ao longo de 20 anos**. Significa que, o falso e maldoso discurso do governo de que o projeto provocaria rombo de R\$ 18 bilhões ao erário, implicaria, mesmo com esse número, em subvenção anual de R\$ 900 milhões. Como 30% desse valor seria coberto pelos bancos, os subsídios cairiam para R\$ 630 milhões/ano, o que daria, em média, cerca de R\$ 525,00 por ano para cada um dos produtores endividados.

Ora, há poucos dias, o ministro da Agricultura denunciou o governo americano pelo subsídio anunciado somente para a soja, no próximo ano, de US\$ 10 bilhões; valor superior à subvenção prevista pelo projeto para os 20 anos. O ministro também lamentou o fato de os países da OCDE despendem uma fantástica cifra de US\$ 362 bilhões/ano, em subsídios agrícolas. E os agricultores brasileiros? Como podem ser competitivos nesse cenário onde os apóstolos do neoliberalismo unilateral ainda procuraram criminalizá-los pelas migalhas previstas no projeto?

Graças ao PT, o projeto fez as devidas **diferenciações de tratamento** entre mini, pequenos, médios e grandes produtores, de forma a garantir aos pequenos produtores condições mais favoráveis:

O art. 8º do projeto, incluído pelo PT, **veda terminantemente** os benefícios da proposição a quem cometeu qualquer tipo de infração com o crédito rural. Portanto, os **caloteiros estariam fora**; igualmente por proposta do PT, o **projeto debita aos próprios bancos, e não ao Tesouro** as parcelas das dívidas lançadas irregularmente por essas instituições; ainda graças ao PT, os **bancos também perderiam a mamata do pagamento pelo Tesouro, de subvenções de taxas de juros** sobre operações feitas com recursos sem custos de captação; por fim, o PT conseguiu **limitar em R\$ 200 mil** o saldo da dívida passível de renegociação.

Portanto, o PT não tem dívidas sobre o acerto de sua decisão, pautada pelos interesses nacionais e pelos legítimos interesses de um setor da economia fortemente punido pelo governo FHC, com destaque para os setores da agricultura familiar. Lamentamos muitas figuras importantes, inclusive do Partido, terem sido tragadas pelas mistificações da mídia, **lançando voto de desconfiança** sobre os companheiros do Núcleo Agrário, da nova bancada e o novo líder, José Genoíno, da Secretaria Agrária Nacional do PT, e das entidades de trabalhadores que mantêm-se ativos na trincheira de lutas em defesa da agricultura brasileira - e dos seus segmentos inferiorizados nas relações econômicas e de poder.

— José Dirceu
presidente nacional do PT e
deputado federal

Perdão das dívidas dos agricultores

O projeto de abater as dívidas dos agricultores provocou a ira de vários colunistas e editorialistas dos jornais mais conservadores do país. Eles se insurgem com o "calote" e se escandalizam com o apoio do PT ao projeto.

A atitude desses jornais não causa espanto. Eles estão prestando um serviço ao FMI, pois esta instituição é que exige do Brasil austeridade fiscal a qualquer custo, a fim de que o país possa transferir recursos aos credores internacionais. O que causa espanto é a atitude defensiva de certa gente de esquerda, assustada com a investida da mídia.

Dois argumentos estão sendo levantados pela imprensa conservadora: o projeto contribui para concentrar renda; o PT está fazendo uma oposição oportunista e anti-social ao se juntar com os ruralistas.

A socialização de perdas pode ser realizada de duas maneiras: pelo perdão e pelo subsídio, que é uma forma de antecipar a socialização de perdas futuras, admitidas a priori. Curiosamente, os mesmos colunistas e editorialistas, tão raivosos quando se trata de perdoar dívidas de produtores agrícolas, não destilaram o mesmo fel quando o governo anistiou bancos e subsidiou generosamente empresas multinacionais, como a Ford, por exemplo.

Mas vamos ao cerne do

argumento: se estão mesmo preocupados com os efeitos concentradores do perdão dos débitos dos agricultores, esses colunistas e editorialistas deveriam preocupar-se, isto sim, com a reforma agrária, pois as políticas fiscais sempre provocam alguma forma de concentração.

Querem ver? Havendo perdão, a riqueza vai se concentrar ainda mais, pois, cerca de 80% da dívida é de produtores de grande porte. Se não houver perdão, alguns grandes produtores irão à falência. Quem comprará as terras deles? Certamente um capitalista mais forte, que, em consequência, ficará mais rico. No outro polo do espectro, não havendo perdão, os pequenos serão devastados. Quem comprará suas terras? Certamente um vizinho mais forte, o que aumentará a concentração fundiária. Em resumo: na conjuntura atual - a menos que mude radicalmente a política econômica, haverá maior concentração da riqueza, com e sem perdão da dívida, restando apenas determinar qual a de consequência social menos grave.

O argumento da concentração da renda, portanto, não vale nada.

Quanto ao oportunismo do PT, cabe assinalar, primeiramente, que todas as forças de mudança em algum momento de sua trajetória tiveram de fazer alianças com forças conservadoras. Mao Tse

Tung aliou-se com Chiang Kay Check; Fidel Castro com Urrutia; Mandela com De Klerk, e por aí vai. O problema da correção ou do equívoco de uma aliança não diz respeito, portanto, às qualidades ou condições do aliado, mas à possibilidade concreta de obter um avanço real na luta do povo.

Ao apoiar o projeto da Bancada Ruralista, o PT, de um lado preserva milhares de pequenos produtores ameaçados de extinção (ou seja, preservar suas forças); e, de outro lado, realiza uma ação eficaz de bloqueio da política anti-social e anti-nacional do FMI.

Mas os colunistas e editorialistas, aos quais se juntou recentemente o Presidente da República, no afã de intrigar o partido com a opinião pública, omite alguns detalhes importantes da negociação política entre o Núcleo Agrário do PT e a Bancada Ruralista. Por isso, convém ressaltar que o Núcleo conseguiu quatro importantes vitórias nessa negociação: primeira, a porcentagem de desconto da dívida será maior para os pequenos; segunda, os devedores contumazes não serão beneficiados; terceira, os pequenos que já tiverem pago adquirirão o direito a um abatimento de 50% no financiamento da próxima safra; e, quarta - e mais importante - o movimento dos ruralistas retirou de sua plataforma de

reivindicações a exigência de que o governo exclua do programa de desapropriação as terras ocupadas pelos sem-terra.

Uma pessoa de esquerda que se oponha a esse acordo precisa antes de mais nada perguntar-se se não está perdendo de vista algo que é fundamental em toda política de esquerda: a visão clara do respeito do aspecto principal da conjuntura. Se atentar para isto, verificará que, hoje, o fundamental é bloquear a política anti-social e anti-nacional do FMI, executada através da rigidez fiscal do governo FHC. Se o movimento pelo perdão das dívidas dos agricultores provocar a explosão dessa política, maravilha! Não é isto, afinal, o que queremos com a Marcha dos 100 Mil pelo Brasil, os protestos e tudo mais?

Não podemos nos impressionar com a imprensa burguesa e menos ainda recusar a eficácia. Nossa diretriz, em todas as conjunturas, deve ser a que nos legou Florestan Fernandes: "as classes populares precisam não se deixar destruir; recusar a co-optação; e conseguir vitórias". A negociação feita pelo Núcleo Agrário do PT com a direita, cumpre rigorosamente esses três requisitos.

Plínio de Arruda Sampaio
é Secretário Agrário
Nacional do PT

HISTÓRIA

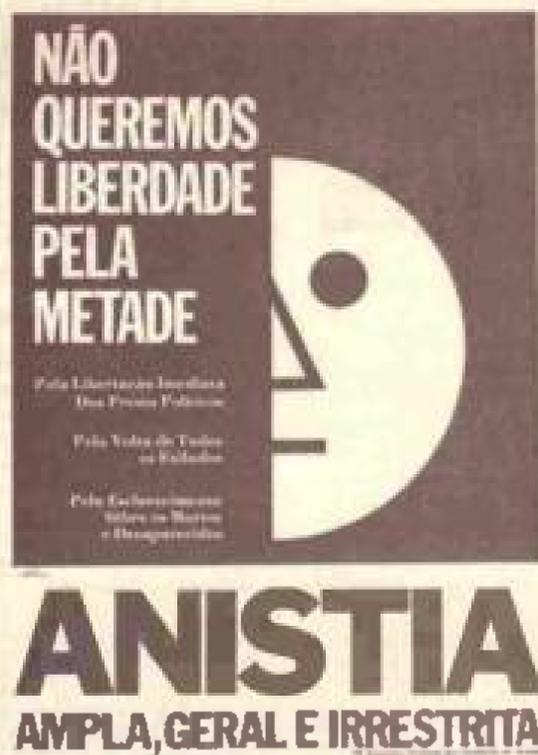
Anistia, 20 anos depois

Mais de 900 pessoas participaram, no último dia 23 de agosto, do ato comemorativo dos 20 anos da vigência da Lei de Anistia, realizado no Teatro da PUC (Tuca), em São Paulo. Dentre eles, ex-exilados, ex-presos, familiares de desaparecidos e mortos pela ditadura militar.

O evento foi convocado pelos militantes da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita; e a comissão organizadora foi integrada pelo CBA/SP, pelo Grupo Tortura Nunca Mais e Movimento Feminino pela Anistia.

Durante todo o ato, os pronunciamentos resgataram a memória da luta pela anistia, as conquistas efetivadas e a denúncia das perseguições hoje realizadas principalmente aos militantes e participantes da luta pela terra, os integrantes do MST. A celebração pelos 20 anos de anistia teve um caráter festivo, mas também marcada pelo compromisso de luta contra as arbitrariedades que ainda são cometidas em nosso país.

Foram homenageados todos os combatentes da



anistia e perseguidos pelo regime militar por meio de cinco integrantes da campanha, já falecidos: o cartunista Henfil, o reverendo Jayme Wright, madre Cristina Sodré Doria (Sedes Sapientiae), o jornalista Perseu

Abramo e o senador Teotônio Vilela.

Resgate histórico no país

No Brasil inteiro vários comitês realizaram atividades, durante o mês de agosto, com o intuito de resgatar a história da

luta pela anistia.

Dentre elas, ressaltamos ato ocorrido na Bahia. No dia 27 de agosto, dezenas de ex-presos políticos fizeram uma manifestação no Quartel do Barbalho, relembrando os anos de "chumbo". O evento foi organizado pelo grupo Tortura Nunca Mais. Também participaram do evento deputados federais, deputados estaduais e vereadores, todos do PT e PCdoB. A maior emoção ficou por conta de três ex-presos políticos que foram encarcerados e torturados no local, depois da promulgação do AI-5. Eles afirmaram que, pela primeira vez, tiveram coragem de voltar ao quartel onde passaram os piores momentos de suas vidas. O jornalista Oldack Miranda disse que se sentiu revivendo todo o terror que sofreu na época da ditadura. O advogado Rui Paterson, confessou que sentiu um medo inexplicável ao entrar ontem no quartel. O terceiro preso político, que foi torturado no quartel, foi o jornalista e ex-deputado Emiliano José.

Perseu Abramo: o Timoneiro da Anistia

O jornalista Perseu Abramo foi o fiel depositário de nossas esperanças quanto à possibilidade concreta de formar uma frente progressista e unificada na luta pela conquista da democracia em nosso país, pelo fim dos atentados contra os direitos mais elementares, pelo reconhecimento do valor de todos que lutaram, da forma que puderam, contra o regime político obscuro imposto aos brasileiros.

Vanya Sant'Anna



Site da Fundação Perseu Abramo reúne documentos sobre anistia

Os textos assinados e imagens utilizadas nesta página do PT Notícias foram obtidos no endereço da Fundação Perseu Abramo na internet: <http://www.fpabramo.org.br>

O site possui uma seção que reúne grande variedade de material documental, informativo e ilustrativo sobre os fatos e os personagens que participaram do processo de anistia no país. O resgate histórico foi organizado por Zilah Abramo, vice-presidente da Fundação, que militou na Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos. Não deixe de visitar!

A luta pela anistia no país

A Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, no final dos anos setenta, foi o primeiro movimento nacional e unificado contra a ditadura militar e representou a maior frente política de caráter progressista da história brasileira.

A imagem é banal, mas muito precisa: a luta pela Anistia foi um rio caudaloso, de águas abundantes trazidas por muitos outros rios que, no subsolo da terra brasileira, teimaram em continuar fluindo, apesar da aridez e da crueldade do regime militar que penalizou milhares de brasileiros, como nunca antes na história do Brasil.

O golpe militar de 1964 determinou às forças populares a prioridade da luta pela democracia. Brasileiros de norte a sul, de leste a oeste, passaram a engendrar novas formas de luta, a definir novos processos organizativos, a se expressar por meios alternativos, garantindo oxigênio às consciências democráticas que jamais foram vencidas no longo período ditatorial.

Com o endurecimento político que sobreveio ao Ato Institucional n.º 5, mais sofrimentos e angústias foram impostos à sociedade brasileira. Ainda assim, permaneceram latentes, mas fortes, os anseios por liberdade, por democracia, por dignidade da maioria do povo brasileiro, apesar da interdição da ação política e apesar dos riscos que expressar pensamentos ou palavras contrários à nova ordem, desumana e antinacional, representavam para os brasileiros.

A prática, iniciada logo após a edição do AI 5, de prisões indiscriminadas, de torturas sistemáticas, embora aterrorizante, não impediu que as pessoas se organizassem de alguma forma para resistir como pudessem. Em primeiro lugar, familiares, amigos e advogados das primeiras vítimas começaram a tecer redes de informação e proteção, nem sempre suficientes para impedir a morte ou o desaparecimento de valorosos patriotas. No mínimo, a resistência dos



Manifestação pela Anistia, realizada em São Paulo (21/08/79)

primeiros anos da década de 70 esculpuiu em pedra o testemunho dessa época de trevas, terror e miséria.

Focos de resistência ao arbitrio, que afastou das Universidades, da Imprensa, da Política e das mais diversas atividades profissionais preciosos talentos, apareciam por todo o país, ainda que silenciados pela força da censura. As igrejas, de diferentes credos, foram sempre uma trincheira avançada na proteção de pessoas e instituições. Os estudantes, com a generosidade que lhes é própria, formaram as primeiras fileiras no movimento pela reconquista da liberdade e da democracia, pagando às vezes com a perda da sua liberdade, às vezes com a própria vida. Artistas e intelectuais encontraram novos meios e modos de expressar sua revolta contra a ditadura.

E chegou o momento em que as águas começaram a correr juntas e na mesma direção. A sociedade civil voltou a se organizar, a retomar posições nos sindicatos, nas associações profissionais, nos espaços livres dos meios de comunicação, por toda parte. Desde 1973, com as manifestações contra a morte nas prisões, como no caso de Alexandre Vannuchi Leme, de apoio aos presos políticos nas várias greves de fome que fizeram em protesto contra as condições das cadeias, com o Natal de Paz organizado em São Paulo pela Cúria Metropolitana, formava-se a consciência de que a luta

pela democracia tinha, como ponto de partida, o fim das torturas e das prisões dos opositores do regime político.

As mortes, em São Paulo, do jornalista Vladimir Herzog (outubro/75) e do operário Manuel Fiel Filho (janeiro/76) deram ponto final ao medo que atormentava amplos setores da sociedade brasileira quanto à ação e mobilização políticas. Significaram um enorme bastão ao terror que parecia sem fim. As igrejas pontuaram o momento com a firmeza e coragem. As mulheres, companheiras e mães, foram as primeiras, na sociedade, a clamar por Anistia. Em 1975 foi criado em São Paulo, com a liderança de Terezinha Zerbini, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) após a realização do Congresso Mundial da Mulher, no México, onde se decidiu que aquele seria o Ano Internacional da Luta pela Anistia. Cientistas e intelectuais brasileiros lançaram seus manifestos por liberdade e democracia exigindo Anistia na 28ª Reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Brasília, em 1976, e pela volta ao Estado de Direito na "Carta aos Brasileiros", lida por Goffredo da Silva Telles sob as arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, dia 8 de agosto de 1977. Nesses mesmos anos, os estudantes, na luta pela reconstrução de suas entidades, proscrias pelos militares, lançaram sua palavra de ordem pela Anistia. O



Ato Público na Praça da Sé, São Paulo (21/08/1979)

Movimento de Justiça e Libertação constituiu um importante fórum em defesa de religiosos ameaçados de prisão e expulsão do país por causa de suas posições em favor da população oprimida.

Em 1978, estavam dadas as condições para o nascimento do memorável movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Foram criados os Comitês Brasileiros de Anistia, primeiro no Rio de Janeiro e São Paulo, rapidamente em todos os demais Estados e no Distrito Federal, formados por personalidades, cidadãos e entidades da sociedade civil e com a decisiva militância dos familiares de presos, perseguidos e desaparecidos políticos. Nos diversos países, onde viviam exilados brasileiros, formaram-se comitês de anistia que tiveram enorme importância na divulgação internacional da campanha.

O movimento de anistia se estruturou em ritmo veloz, e forte foi o apoio conquistado nos mais diferentes setores sociais. A mobilização se dava nas ruas, em passeatas e atos públicos. A Praça da Sé, tradicional território paulista de manifestações políticas, foi reconquistada em ato pela Anistia. Jornalistas e artistas ecoavam a palavra de ordem da anistia em seus meios de comunicação e expressão. A mobilização se adensou no I Congresso de Anistia em São Paulo, nos vários Encontros Nacionais e Regionais, no Congresso Internacional em Roma. A rede dos comitês de anistia, dos núcleos do MFPA, de comissões de familiares de

vítimas da repressão foi decisiva para a unidade do movimento, pela adequação de suas táticas, pela sua popularização por todo o território nacional. Em 1979, muitos sindicatos de trabalhadores fortaleceram a luta pela Anistia, em especial os que expressavam o novo sindicalismo, nascido no ABC paulista.

Pressionado, o regime militar, à moda da elite brasileira de sempre se antecipar às conquistas populares para não partilhar o poder, enviou o projeto de lei da anistia ao Congresso Nacional. O projeto atendia parcialmente aos objetivos da Campanha da Anistia e contrariava um de seus mais fortes princípios - o de que não poderia existir anistia para os algozes do povo brasileiro. Ainda assim, sua tramitação pelo Congresso Nacional, foi responsável por muitas páginas heróicas do movimento de Anistia.

O grande brasileiro Teotônio Vilela, chamado de Guerreiro da Paz, senador e presidente da Comissão que examinou o projeto de lei, empreendeu uma caminhada por todo o país para ouvir a voz dos encarcerados políticos, dos familiares de presos políticos mortos e desaparecidos, dos profissionais afastados de suas atividades por cassações, demissões e aposentadorias, de sindicalistas e representantes dos setores organizados da sociedade, o que amplificou ainda mais os objetivos dos movimentos de anistia e deu publicidade aos atrozes crimes

cometidos pela ditadura militar. Os presos políticos tiveram participação decisiva, utilizando a principal arma que detinham na prisão: suas vidas. Iniciaram uma greve de fome nacional, que durou de 22 de julho a 22 de agosto, em todos os presídios, reivindicando a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e contra a anistia parcial proposta pelo governo.

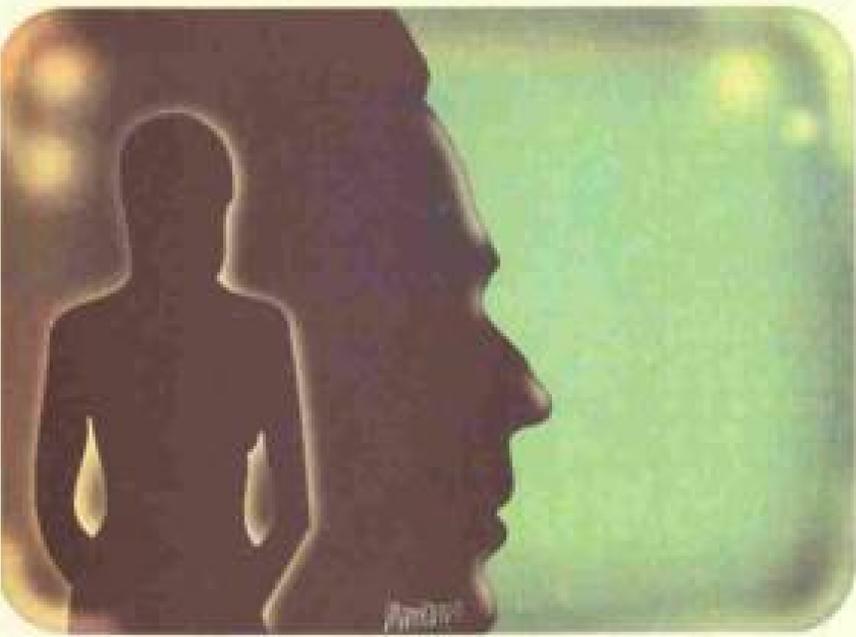
Finalmente, em 28 de agosto de 1979, foi aprovada a Lei n.º 6.683, a Lei da Anistia. Os presos começaram a ser libertados, a maioria beneficiada por recursos jurídicos e não pela Lei da Anistia, que não foi ampla nem irrestrita. Ainda quando alguns segredos da ditadura começaram a ser revelados, deixando clara a autoria dos crimes de torturas, assassinatos e desaparecimentos, foi impossível responsabilizar os criminosos do regime militar porque a Lei da Anistia os protegia. Poucos dos atingidos pelos Atos Institucionais, cassados, aposentados, demitidos, retornaram ao exercício profissional porque a Lei da Anistia impôs condições tais para sua readmissão que a muitos apenas restou o caminho da aposentadoria, o mais das vezes proporcional. Quase a totalidade dos políticos que tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos já havia cumprido suas penas antes, ou poucos meses depois, da promulgação da Lei.

A Campanha da Anistia, em que pese sua vitória parcial, foi diretamente responsável pela ampliação das conquistas democráticas do povo brasileiro e eternizou os direitos humanos como dimensão essencial das ações políticas. Legou à sociedade brasileira mecanismos de solidariedade ativa na defesa de todos que lutam pela liberdade, pela democracia, pela dignidade política. Com ela, recuperamos - as gerações de 64 e de 68 - a nossa própria dignidade e a possibilidade, sempre presente, de continuar na luta para fazer do Brasil uma pátria gentil e generosa para todos os seus filhos.

Vanya Sant'Anna

COMBATE AO RACISMO

O negro, os meios de comunicação de massa e a luta política



Os negros constituem, segundo o IBGE, 44% da sociedade brasileira, equivalente a mais de 70 milhões de indivíduos. Um número duas vezes maior que a de afro-americanos nos Estados Unidos da América. Estes números dão ao Brasil o status de segundo país com maior concentração de negros no mundo. O primeiro é a Nigéria, com mais de 123 milhões. E repare que muitos especialistas consideram os números do IBGE inferiores ao da realidade. Ou seja, o Brasil é Negro. Um título que não quer dizer muito. Afinal, no Brasil, este segmento não está nas mesas de decisão do país e nem vem se beneficiando da riqueza, que historicamente ajudou

a construir através da mão-de-obra escrava.

Há quem diga que a maioria dos brasileiros tem em suas veias o sangue negro. O primeiro a afirmar isto, na atualidade, foi o presidente Fernando Henrique Cardoso, que pejorativamente chegou a dizer que "até ele tinha um pé na cozinha" ou "que era mulatinho". Afirmações como estas balançam conforme as brisas da conveniência.

O certo é que os negros estão ausentes dos meios de comunicação de massa, da política, das universidades e por aí vai. O Brasil só se orgulha da sua negritude quando é "para inglês ver"; quando isto pode dar o título de país sensual, de país do melhor futebol, do

pagode e da beleza do carnaval. Ai sim, não faltam referências aos negros brasileiros e até mesmo o orgulho nacional da negritude. Mas, não se enganem, tudo isto, volto a dizer, é só "para inglês ver".

Não é incomum a maioria das pessoas ao ver um negro lhe atribuir tendências naturais ao samba (samba no pé e na veia) e habilidades especiais para o futebol. Não que isso seja um demérito, mas a sociedade branca brasileira vem construindo ao longo dos séculos uma cadeia reservada historicamente para o negro, que lhe permite ascensão social apenas em atividades artísticas e corporais. Com isso, a presença negra em outros segmentos sociais

está ficando cada vez mais restrita.

Nem mesmo as aplicações de leis, como a Lei 7.716, que considera o racismo crime inafiançável e imprescritível sujeito a pena de reclusão tem se mostrado de alguma utilidade. Até hoje não se tem notícia do cumprimento integral de fato desta lei.

Mas a população negra tem algumas saídas. Uma delas é a escolarização, considerando a sólida formação humanística e a possibilidade de domínio das novas tecnologias. Tudo isso associado ao compromisso ético e moral da nova classe média negra que começa a emergir e deve se empenhar em criar oportunidades para os descendentes de africanos. Empresários negros, por exemplo, devem se preocupar em empregar e profissionalizar outros negros. Esta tem sido a história norte-americana.

A outra saída é a formação de grupos que tenham um caráter político direto, que tratem as questões étnicas de uma maneira mais incisiva. Esta, por exemplo, está sendo a proposta do grupo *Todos a Bordo*, dentro do PT.

Ricardo Alexino Ferreira é jornalista, professor de Jornalismo Especializado na Universidade Estadual Paulista (Unesp) e doutorando na área de Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo.

INTERNACIONAL

O Partido dos Trabalhadores e a situação da Colômbia

A evolução da situação da Colômbia nas últimas semanas preocupa não só seus concidadãos como a maioria da opinião democrática da América Latina.

A Colômbia vive um conflito interno há várias décadas, resultado da onda de violência iniciada em 1948 e alimentada pelas enormes desigualdades sociais e pela insensibilidade das elites que até agora se revezaram no poder.

Expressão dessas contradições foi o surgimento da insurgência guerrilheira que tem suas expressões maiores nas FARC (Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colômbia) e no ELN (Ejército de Liberación Nacional) que controlam militarmente grande parte do território daquele país. Desenvolve-se também nas cidades e nos campos uma forte mobilização social resultante da ação de sindicatos, partidos e movimentos populares, que propõem saídas para a grave crise econômica, social e política.

Sucessivos governos responderam a essas demandas populares com violência, exercida diretamente por seus órgãos de repressão ou por forças paramilitares que atuam sob o olhar complacente ou impotente do Estado. O saldo é trágico: 30 mil homens, mulheres e crianças assassinados, somente em 1998.

A situação colombiana pode agravar-se mais ainda e ter consequências trágicas se materializar a disposição dos Estados Unidos de intervirem militarmente — de forma direta ou não — em seus assuntos internos.

Preocupam sobremaneira as declarações arrogantes do presidente Clinton que afirmou estar a Colômbia na "área de influência dos Estados Unidos", da mesma forma que os pronunciamentos do General Barry McCaffrey, representante do governo norte-americano, tentando vincular a guerrilha com o narcotráfico — o que o presidente colombiano Andrés Pastrana tem negado — para justificar uma intervenção norte-americana.

O governo Clinton, que uma vez mais reafirma sua vocação de polícia do mundo, ameaça, se consumir seus propósitos, mergulhar a Colômbia e toda a região em uma grave crise política militar.

Os riscos de "vietnamização" da Colômbia são maiores na medida em que o presidente Carlos Menem, com seu habitual servilismo, ameaça envolver tropas argentinas no combate à insurgência colombiana.

Os problemas da Colômbia têm de ser resolvidos pelo seu próprio povo, baseados no respeito à soberania nacional e aos direitos humanos.

Cabe aos países do continente colaborar para que as negociações entre o governo e os grupos guerrilheiros cheguem a bom termo.

O Governo Brasileiro, em particular, pela amizade que nos une ao povo colombiano e pela posição geopolítica de nosso país, tem de desempenhar um papel ativo na busca de uma solução negociada do conflito.

Para tanto, é de fundamental importância repudiar toda e qualquer ingerência — sobretudo militar — por parte dos Estados Unidos ou de qualquer de seus prepostos.

O Partido dos Trabalhadores mobilizará todas suas forças em solidariedade com as forças populares e democráticas da Colômbia na busca de uma solução política que dê àquele país paz, justiça social e democracia.

Desinformação?

Com alguma frequência temos recebido indagações das companheiras dos Estudos acerca das normas de participação no II Congresso do PT, principalmente no que tange à questão dos setoriais. Na maioria das vezes, essas dúvidas referem-se "a um determinado item" que ninguém viu no regulamento e que o Diretório Regional "descobriu" e cobra cumprimento. Tais detalhes vão desde quorum vinculado à lista de presença apresentada, prova de militância, processo de escolha de representação nos diretórios e de como tirar delegadas/os e outras coisas, mais resultado de uma leitura interpretativa do que da vontade de conduzir bem os Encontros. Embora o mesmo regulamento tenha sido distribuído para todos os Estados, parece que cada um daqueles caderninhos amarelos tem, nas entrelinhas, detalhes que só podem ser lidos em alguns lugares.

Tem nos causado estranheza que, de repente, todo tipo de dúvida seja levantada em relação à realização de Encontros

Setoriais. Tais instâncias, embora de fundamental importância para o Partido, pois são o elo de ligação com sua base social, nunca se constituíram no eixo da disputa partidária em época de Encontros Nacionais. A possibilidade do Setorial escolher delegadas e delegados ao Congresso e de eleger membro para o Diretório Nacional, em obtendo quorum em cinco Estados — o que não é inovação deste regulamento — de um momento para outro os coloca como o pomo da discórdia. Em vários Estados os Diretórios/Executivas resolvem legislar sobre se os seus Estados têm ou não organização setorial, se devem ou não fazer encontros, ignorando os esforços das Coordenações Nacionais para estimular a organização na maioria deles.

Há, inclusive, quem desconsidere a necessidade de realização de Encontros Setoriais Nacionais, o que já é feito há bastante tempo pelos Setoriais com mais organização, e que é a instância superior de organização dos mesmos, em que se discute as deliberações e intervenções

que os setores farão nos movimentos e onde se elege sua coordenação nacional.

Até a Comissão Executiva Nacional preocupou-se e, afinal, resolveu deliberar por uma homogeneização do processo de realização dos Encontros Setoriais. É legítimo que haja uma normatização geral para os Encontros, mas o que surpreende é a intenção de regulamentar os processos internos de escolha de direção dos setoriais, tratando todos como se fossem iguais, esquecendo as peculiaridades de cada um deles.

A Secretaria Nacional de Mulheres existe oficialmente no Partido desde 1996, antes funcionava como subsecretaria, vinculada à Secretaria de Movimentos Populares, e desde muito antes dos setores serem criados, no I Congresso, os Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres já eram realizados nos anos de convenções partidárias. Portanto, achamos muito estranho todos estes questionamentos.

Conceição Nascimento é Secretária Nacional de Mulheres do PT

EDUCAÇÃO

SBPC lança manifesto e alerta sobre a falta de investimento

A SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) lançou, na quarta-feira, na Universidade Federal de Brasília (UNB), um "Manifesto pela Educação, Ciência e Tecnologia" no Brasil. O deputado federal Walter Pinheiro (PT-BA), membro da comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, participou do evento representando o PT.

Segundo ele, a SBPC alertou para a falta de investimentos públicos em educação, ciência e tecnologia por parte do governo federal, o que tem deixado o país em situação desfavorável.

"Quando o Brasil debate sua inserção no mundo globalizado fica para trás em relação a outros povos. Historicamente nunca houve investimento público nesse setor, o que tem relação direta com o futuro da Nação e nossa concorrência com outros mercados", avalia Pinheiro.

Pinheiro chama atenção para o fato de que no governo FHC o investimento em ciência e tecnologia sofreu grande declínio — de acordo com as últimas análises do PT, em torno de 17%. Na

opinião do deputado, esse quadro é agravado pelo desmantelamento das universidades, que têm papel fundamental na produção científica e tecnológica.

"A responsabilidade pelo ensino e pesquisa nas Universidades é contrastada com a lamentável situação em que vivem, de falta de investimentos humanos, físicos e científicos", alerta.

Essa é a mesma preocupação da comunidade científica, que no Manifesto cobrou

do governo o "reconhecimento das universidades como essenciais para o futuro do país". Para ampliar esse debate com a sociedade, a entidade criou o Projeto SBPC 2000, que vai percorrer o Brasil em busca de idéias e planos para impulsionar o desenvolvimento do ensino, ciência e tecnologia nas universidades, centros de pesquisas e diversos outros espaços.

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A. Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome: _____
 Endereço: _____
 Profissão: _____ Tel: _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não